



# ICPREV – INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

Lei Complementar n.º 54 de 29/04/2016

CNPJ n.º 24.767.074/0001-15

## CONSELHO FISCAL

1 AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE, ÀS 13  
2 HORAS E 30 MINUTOS, OCORREU A QUINQUAGÉSSIMA SEXTA REUNIÃO DO  
3 CONSELHO FISCAL DO ICPREV. A MESMA FOI REALIZADA NA SALA DE REUNIÕES DO  
4 ICPREV, SITUADA NA RUA GETÚLIO VARGAS, N.º 94, CENTRO DE CANOINHAS/SC.  
5 ESTAVAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS TITULARES DO CONSELHO FISCAL DO  
6 ICPREV: SENHORA MIRIAM WORELL, SENHORA DANIELLE LUDKA, SENHORA FRANCIELI  
7 JOANA BIALESKI, SENHORA JAQUELINE WRUBLESKI, SENHORA TELMA APARECIDA  
8 PEIXER, SENHORA JANICE DE FÁTIMA STEMPINHAK, SENHORA MARILI DE FÁTIMA  
9 PEREIRA ECKER, BEM COMO OS MEMBROS SUPLENTE SENHORA SOLANGE STELZNER  
10 E SENHOR PAULO ODAIR MOREIRA. INICIADA A REUNIÃO A PRESIDENTE AGRADECEU A  
11 PRESENÇA DE TODOS E APRESENTOU OS ASSUNTOS QUE FORAM TRATADOS NA  
12 REUNIÃO 1 – LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, 2 –  
13 APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA E FINANCEIRA (MORGANA E  
14 LUÍS GUSTAVO), 3 - VERIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS RECEITAS, DESPESAS E  
15 CONTRATAÇÃO DO PERÍODO, 4 – REPASSE DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NO  
16 19º CONGRESSO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA - ANEPREM, 5 – PORTARIA 9.907/2020 –  
17 REQUISITOS PARA DIRIGENTES MEMBROS E CONSELHEIROS E MEMBROS DE COMITÊ  
18 DE INVESTIMENTOS, 6 – APRESENTAÇÃO OFÍCIO Nº 151/2020, 7 - ASSUNTOS GERAIS.  
19 A PRESIDENTE INICIOU AGRADECENDO A PRESENÇA DE TODOS, PASSANDO PARA A  
20 LEITURA DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, A QUAL FOI APROVADA POR UNANIMIDADE,  
21 NA SEQUÊNCIA PASSADA A PALAVRA O SENHOR GUSTAVO, O QUAL APRESENTOU A  
22 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2021 QUE ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE  
23 JANEIRO E TEM A VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2021, DESTACA QUE A REFERIDA POLÍTICA  
24 ESTÁ DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMV Nº 3.992/2010. INFORMA TAMBÉM QUE A  
25 META ATUARIAL FOI ALTERADA, PASSANDO A SER UTILIZADO O INPC+ 5,42% AO ANO.  
26 COM A DIMINUIÇÃO DA META, PODERÁ OCORRER INFLUÊNCIA NEGATIVA NO  
27 CÁLCULO ATUARIAL DO PRÓXIMO ANO. INFORMOU QUE NÃO TEMOS AINDA O  
28 CERTIFICADO DO PRÓ GESTÃO NO NÍVEL I, POIS ESTÁ AGUARDANDO ANÁLISE DA  
29 DOCUMENTAÇÃO A QUAL JÁ FOI ENVIADA, PORÉM QUE JÁ É PERMITIDA A  
30 REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR. DEMONSTROU UMA TABELA DE  
31 CONTROLE DO VENCIMENTO DA CERTIFICAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS,  
32 INFORMANDO QUE MAIS DA METADE DOS MEMBROS DEVEM POSSUIR TAL  
33 CERTIFICAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO MANTER O QUADRO SEMPRE ATUALIZADO PARA  
34 NÃO SER PREJUDICADO OS INVESTIMENTOS. EXPLANOU SOBRE A CONSULTORIA DE  
35 INVESTIMENTOS CONTRATADA PELO ICPREV, ONDE A MESMA APENAS SUGERE OS  
36 INVESTIMENTOS QUE PODEM SER REALIZADOS, QUEM TOMA A DECISÃO FINAL É O  
37 COMITÊ DE INVESTIMENTOS. A META ATUARIAL DOS ANOS ANTERIORES ERA COM  
38 BASE NO IPCA MAIS 6%. DEMONSTROU OS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA QUE  
39 TOTALIZARAM 60%, EM RENDA VARIÁVEL 30% E OS OUTROS 10% EM INVESTIMENTO  
40 NO EXTERIOR. EXPLICOU DE UMA FORMA GERAL TODAS AS ETAPAS DA POLÍTICA DE





# ICPREV – INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

Lei Complementar n.º 54 de 29/04/2016

CNPJ n.º 24.767.074/0001-15

## CONSELHO FISCAL

1 INVESTIMENTOS E SEUS RISCOS E DA IMPORTÂNCIA DE BALANCEAR A CARTEIRA DE  
2 INVESTIMENTOS E PROCURAR DIVERSIFICAR OS INVESTIMENTOS. O COMITÊ DE  
3 INVESTIMENTOS SE REÚNE E DEFINE ONDE SERÃO APLICADOS OS INVESTIMENTOS,  
4 ISSO OCORRE MENSALMENTE, SEMPRE ANTES DE QUALQUER INVESTIMENTO EXISTE  
5 UM PARECER POR PARTE DA EMPRESA DE CONSULTORIA (LDB CONSULTORIA DE  
6 INVESTIMENTOS) NA PESSOA DO SENHOR RONALDO, EMPRESA ESTA CONTRATADA  
7 ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO, NESTE PARECER ESCLARECE SE É POSSÍVEL O  
8 INVESTIMENTO OU NÃO. DESTACA QUE O COMITÊ DE INVESTIEMENTOS É FORMADO  
9 PELA DIRETORA EXECUTIVA SENHORA MORGANA, DIRETOR ADMINISTRATIVO-  
10 FINANCEIRO GUSTAVO, REPRESENTANTE DO SINDICATO E UM REPRESENTANTE DO  
11 CONSELHO ADMINISTRATIVO. A SENHORA DANIELLE FALOU SOBRE A QUESTÃO DE  
12 MEMBRO DO CONSELHO FISCAL NÃO PODER PARTICIPAR DO COMITÊ DE  
13 INVESTIMENTOS, DE REPRESENTANTE DO CONTROLE INTERNO TAMBÉM NÃO PODER  
14 FAZER PARTE DE NHEUM CONSELHO, ASSUNTOS ESSES ABORDADOS NO 19º  
15 CONGRESSO DE PREVIDÊNCIA REALIZADO PELA ANEPREM. SOBRE A PORTARIA 9.907  
16 DEVERÁ SER ELABORADA ALGUMA NORMATIVA SOBRE A NOVA CERTIFICAÇÃO. ATO  
17 CONTÍNUO PASSADO A PALAVRA PARA A DIRETORA EXECUTIVA SENHORA MORGANA,  
18 A QUAL APRESENTOU QUE OS REPASSES DAS CONTRIBUIÇÕES ESTÃO EM DIA, QUE A  
19 PREFEITURA NÃO REALIZOU NENHUM PARCELAMENTO. A SENHORA MIRIAM  
20 LEVANTOU UM QUESTIONAMENTO QUE LHE FOI FEITO HÁ DUAS SEMANAS, A  
21 RESPEITO DE QUEM PODE SER INDICADO PARA OCUPAR OS CARGOS DE DIRETORES  
22 NO INSTITUTO, ONDE A DIRETORA MORGANA INFORMOU QUE ENQUANTO DIRETORA  
23 EXECUTIVA ELA TAMBÉM É SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA E QUE TEM  
24 RESPONSABILIDADE E QUE TANTO ELA QUANTO O SENHOR GUSTAVO PARA  
25 ASSUMIREM SEUS CARGOS DEVEM TER CERTIFICAÇÃO, QUE O INSTITUTO É UMA  
26 ENTIDADE SÉRIA, QUE NÃO É POSSÍVEL QUALQUER PESSOA SEM CONHECIMENTO  
27 ASSUMIR ESSES CARGOS. ESCLARECEU SOBRE A SITUAÇÃO DA CIBELE QUAL FOI ALVO  
28 DE QUESTIONAMENTO DESTE CONSELHO, O CARGO JÁ FOI ENVIADO PARA A CÂMARA  
29 E ESTE ESTÁ PARADO EM VIRTUDE TANTO DA LEI FEDERAL 173/2020 QUANTO DA LEI  
30 ELEITORAL, DECLARA QUE A SERVIDORA ESTÁ DESDE O INÍCIO DO INSTITUTO E QUE É  
31 DE EXTREMA IMPORTÂNCIA O TRABALHO DELA E BEM COMO O CONHECIMENTO NA  
32 ÁREA PREVIDENCIÁRIA, EXPLICOU QUE POSSUI UMA LEI DE CEDÊNCIA E ESTE PROJETO  
33 DE LEI PARA A CRIAÇÃO DE CARGO DE DIRETOR DE BENEFÍCIOS, PORÉM NÃO SABE  
34 COMO PROCEDER EM RELAÇÃO AO QUESTIONAMENTO EM VIRTUDE DE NÃO TER  
35 MEIOS HOJE DA APROVAÇÃO DO CARGO, BEM COMO NÃO TEM COMO TREINAR  
36 OUTRA PESSOA PARA OCUPAR A VAGA. A PRESIDENTE COLOCOU QUE A FUNÇÃO DO  
37 CONSELHO FISCAL NÃO É FÁCIL, QUE SABE DO EXCELENTE TRABALHO DA SERVIDORA  
38 EM QUESTÃO, PORÉM ENQUANTO CONSELHO FISCAL TEM ESSA FUNÇÃO DE  
39 FISCALIZAR. A SENHORA TELMA QUESTIONOU A QUESTÃO DA CESSÃO SE É LEGAL OU  
40 NÃO, E SE É NECESSÁRIO UM CARGO EFETIVO, QUE NESSE MOMENTO NÃO SE PODE





1 FAZER NADA EM RELAÇÃO A SITUAÇÃO DA SERVIDORA. QUESTIONOU SE A CEDÊNCIA  
2 DA SERVIDORA PODE IMPLICAR ALGUMA RESPONSABILIDADE PARA OS MEMBROS DO  
3 CONSELHO, A SENHORA MORGANA ESCLARECEU QUE DEPENDE DA ANÁLISE DO  
4 MINISTÉRIO PÚBLICO. A SENHORA DANIELLE EXPLANOU QUE EM RELAÇÃO AO CASO,  
5 O CONSELHO FISCAL VERIFICOU E APONTOU A POSSÍVEL ILEGALIDADE DA CESSÃO E  
6 ENCAMINHOU O OFÍCIO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME  
7 ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO FISCAL CITADAS NA LEI COMPLEMENTAR QUE CRIOU O  
8 INSTITUTO. A SENHORA MORGANA SOLICITOU QUE QUESTIONAMENTOS PODEM  
9 OCORRER PESSOALMENTE, POIS A MESMA SEMPRE ESTÁ NAS REUNIÕES DESTE  
10 CONSELHO, QUE NÃO É NECESSÁRIAS BARREIRAS, QUE ESTÁ ABERTA PARA  
11 RESPONDER TODO E QUALQUER QUESTIONAMENTO. O SENHOR GUSTAVO LEVANTOU  
12 A COLOCAÇÃO SOBRE O QUESTIONAMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE ESTA  
13 SITUAÇÃO ONDE ACREDITA QUE A RESPOSTA DO TRIBUNAL DEVE ESTAR ANEXA AO  
14 PROJETO DE LEI. A SENHORA DANIELLE COLOCOU A SITUAÇÃO PASSADA NO  
15 CONGRESSO SOBRE A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. A PRESIDENTE COMENTOU  
16 SOBRE A INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2020 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E  
17 COLOCOU A SITUAÇÃO DA CONSELHEIRA MARILI, SOBRE O RECEBIMENTO DO JETON  
18 QUANDO ELA SE ENCONTRAVA AFASTADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, FORNECEU  
19 PARA A SENHORA MARILI O PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA DO INSTITUTO, NO  
20 QUAL CONSTA QUE A SERVIDORA DEVERÁ DEVOLVER O VALOR DO JETON RECEBIDO  
21 NAS REUNIÕES DA QUAL PARTICIPOU. A SENHORA MARILI DEIXOU CLARO QUE ESTÁ  
22 DISPOSTA A DEVOLVER OS VALORES RECEBIDOS, PORÉM QUE LEVARIA O CASO PARA  
23 SEU ADVOGADO ANALISAR E POSTERIORMENTE PASSARIA A RESPOSTA A ESTE  
24 CONSELHO. A SENHORA PRESIDENTE COLOCOU EM ESCOLHA O DIA PARA A PRÓXIMA  
25 REUNIÃO QUE FICOU DEFINIDA PARA O DIA 14 DE JANEIRO AS 8:30 HORAS E FICOU  
26 DEFINIDO QUE AS PRÓXIMAS REUNIÕES ACONTECERÃO NA SEGUNDA QUINTA FEIRA  
27 DE CADA MÊS NA PARTE DA MANHÃ. FICOU DEFINIDO QUE A ANÁLISE DE DESPESAS E  
28 FECHAMENTO SERÁ NA PRÓXIMA REUNIÃO. POR FIM, A SENHORA TELMA SOLICITOU  
29 CONSTAR EM ATA A SITUAÇÃO DA SERVIDORA CIBELE, COLOCOU QUE ENQUANTO  
30 CONSELHEIRA QUER TER A SEGURANÇA E TRANQUILIDADE DE QUE FUTURAMENTE  
31 NÃO TERÁ PROBLEMAS QUANTO A SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRA A SENHORA  
32 CIBELE. O SENHOR PAULO QUESTIONOU SE A SERVIDORA RECEBE SALÁRIO DE  
33 ACORDO COM O PLANO DE CARGOS DA EDUCAÇÃO. A PRESIDENTE ORIENTOU DA  
34 POSSIBILIDADE DE VOLTAR A CEDÊNCIA COM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO. NADA MAIS  
35 HAVENDO A TRATAR EU, FRANCIELI JOANA BIALESKI, SECRETÁRIA DESTE CONSELHO,  
36 LAVRO A PRESENTE ATA, QUE VAI ASSINADA POR MIM E PELOS DEMAIS PRESENTES.


MIRIAM WORELL  
PRESIDENTE

DANIELLE LUDKA  
VICE-PRESIDENTE



  
FRÂNCIELI JOANA BIALESKI  
SECRETÁRIA

  
JAQUELINE WRUBLEVSKI  
MEMBRO TITULAR

  
MARILI DE FÁTIMA PEREIRA ECKER  
MEMBRO TITULAR

  
TELMA APARECIDA PEIXER  
MEMBRO TITULAR

  
JANICE DE FÁTIMA STEMPIHAKI  
MEMBRO SUPLENTE

PAULO ODAIR MOREIRA  
MEMBRO SUPLENTE

